

# SUMÁRIO

---

## Capítulo 1

---

### ASPECTOS DE UMA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL:

<b>UMA DISPUTA DE PARADIGMAS.....</b>	<b>29</b>
1. Estado de direito e o conceito de paradigma.....	30
2. O paradigma do estado liberal .....	34
3. O paradigma do estado social .....	39
4. O paradigma do estado democrático de direito.....	42
5. o atual paradigma: modernidade ou pós-modernidade? .....	50

## Capítulo 2

---

<b>TEORIA GERAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>53</b>
1. Pressupostos do controle de constitucionalidade .....	53
2. Espécies de inconstitucionalidade .....	55
2.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão .....	55
2.1.1. Vício material ou nomoestático.....	56
2.1.2. Vício formal ou nomodinâmico .....	57
2.1.3. Vício de decoro parlamentar.....	59
2.2. Inconstitucionalidade total ou parcial .....	60
2.3. Inconstitucionalidade originária e superveniente .....	61
2.4. Inconstitucionalidade valorativa .....	68
3. Modalidades de controle de constitucionalidade .....	69
3.1. Quanto ao momento do exercício do controle .....	69
3.1.1. Controle prévio ou preventivo.....	71
3.1.2. Controle posterior ou repressivo .....	76
3.2. Quanto à natureza do órgão com competência para o controle .....	81
3.2.1. Controle político ou não judicial .....	81
3.2.2. Controle judicial ou jurisdicional .....	82
3.3. Quanto ao órgão judicial que exerce o controle .....	83
3.3.1. Controle difuso .....	83
3.3.2. Controle concentrado.....	83
3.4. Quanto à forma ou modo de controle .....	84
3.4.1. Controle concreto.....	84
3.4.2. Controle abstrato .....	84

4. Peculiaridades do controle de constitucionalidade .....	86
4.1. Normas materialmente e formalmente constitucionais .....	86
4.2. O fenômeno da recepção e o controle de constitucionalidade .....	87
4.3. A inconstitucionalidade “chapada”, “enlouquecida” ou “desvairada” .....	89

### Capítulo 3

<b>EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL....</b>	<b>91</b>
1. Ordenações filipinas .....	91
2. Constituição imperial de 1824.....	91
3. Constituição republicana de 1891.....	92
4. Constituição de 1934 .....	93
5. Constituição de 1937 .....	95
6. Constituição de 1946 .....	95
7. Constituição de 1967 .....	96
8. Constituição de 1988 .....	97

### Capítulo 4

<b>CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO COMPARADO.....</b>	<b>99</b>
1. Itália .....	99
2. Alemanha .....	100
3. Espanha .....	100
4. Portugal .....	100
5. França .....	101
6. Venezuela .....	102
7. Argentina.....	103

### Capítulo 5

<b>CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE.....</b>	<b>105</b>
1. Origem histórica.....	106
2. Características.....	108
2.1. Necessidade de um caso concreto .....	109
2.2. Controle incidental ou <i>incidenter tantum</i> ou por via de defesa ou por via de exceção .....	109
2.3. Causa de pedir .....	110
2.4. Competência para julgamento.....	111
2.5. Legitimidade .....	112
2.6. Efeitos, como regra, inter partes e ex tunc da declaração de inconstitucionalidade incidental .....	115
2.7. Objeto do controle difuso .....	116

3. O controle difuso nos tribunais ou o “incidente de decretação de inconstitucionalidade em tribunal” .....	117
3.1. A obrigatoriedade do processamento do incidente .....	120
3.2. Características do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais ....	122
3.3. Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais ....	123
3.4. Natureza do incidente de inconstitucionalidade .....	124
3.5. Participação de amicus curiae .....	125
4. O controle difuso no supremo tribunal federal .....	125
4.1. Requisito específico do recurso extraordinário.....	127
4.2. O papel do Senado no controle difuso de constitucionalidade .....	129
4.3. Teoria da abstrativização ou objetivação do controle difuso de constitucionalidade .....	132
4.3.1. O papel do Poder Legislativo na consolidação da teoria da abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.....	137
4.3.2. O Papel do Poder Judiciário na consolidação da teoria da abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.....	141
5. Questões correlatas ao controle difuso de constitucionalidade .....	150
5.1. O binding effect no controle difuso de constitucionalidade brasileiro .	150
5.2. A ação civil pública como instrumento de controle difuso de constitucionalidade .....	151
5.3. Mandado de segurança, habeas corpus e outras ações correlatas no controle difuso de constitucionalidade .....	153

## Capítulo 6

<b>CONTROLE CONCENTRADO OU ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>155</b>
1. Origem histórica.....	155
2. A inconstitucionalidade como questão principal no controle concentrado de constitucionalidade.....	157
3. Ações do controle concentrado de constitucionalidade .....	157

## Capítulo 7

<b>AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE GENÉRICA OU POR AÇÃO .....</b>	<b>159</b>
1. Legitimidade para agir.....	160
1.1. Pertinência temática .....	165
1.2. Capacidade postulatória .....	166
1.3. Natureza jurídica dos legitimados .....	167
2. Objeto da ADI .....	168
2.1. Normas constitucionais .....	168
2.1.1. Normas do Poder Constituinte Originário.....	168
2.1.2. Emendas Constitucionais de Revisão (decorrentes do art. 3º do ADCT da Constituição Federal) .....	169
2.1.3. Demais Emendas Constitucionais.....	170

2.1.4.	Normas constitucionais revogadas e com eficácia exaurida.....	170
2.1.5.	Preâmbulo das Constituições dos Estados.....	171
2.1.6.	Constituição Estadual.....	171
2.1.7.	Lei Orgânica Municipal.....	171
2.2.	Leis.....	172
2.2.1.	Leis e atos normativos anteriores à Constituição Federal de 1988.....	172
2.2.2.	Leis ordinárias, complementares e delegadas.....	172
2.2.3.	Leis ou atos normativos durante a <i>vacatio legis</i> .....	173
2.2.4.	Leis do Distrito Federal (DF).....	173
2.2.5.	Medida Provisória.....	173
2.2.6.	Rabo da lei, cauda da lei ou contrabando legislativo.....	177
2.2.7.	Divergência entre ementa da lei e seu conteúdo.....	177
2.2.8.	Tratados internacionais (com exceção dos que tenham conteúdo de direito humano).....	178
2.2.9.	Tratados internacionais de direitos humanos.....	178
2.2.10.	Lei ou medida provisória de efeito concreto (controle de constitucionalidade das políticas públicas).....	179
2.3.	Súmulas.....	184
2.3.1.	Súmulas Vinculantes.....	184
2.3.2.	Súmulas não vinculantes.....	184
2.4.	Resoluções administrativas do Conselho Nacional de Justiça ou do Conselho Nacional do Ministério Público.....	185
2.5.	Decretos.....	185
2.5.1.	Decretos legislativos.....	185
2.5.2.	Decreto executivo ou regulamentar ou de execução.....	186
2.5.3.	Decretos autônomos ou independentes.....	187
2.6.	Resoluções eleitorais do TSE.....	187
2.6.1.	Ato normativo primário.....	187
2.6.2.	Ato normativo secundário.....	188
2.7.	Consultas proferidas pelo Tribunal de Contas da União.....	188
2.8.	Outros atos normativos e administrativos.....	189
2.8.1.	Veto do Chefe do Executivo.....	189
2.8.2.	Regimento Interno de Tribunal.....	191
2.8.3.	Decisões Administrativas de Tribunais.....	191
2.8.4.	Regimento Interno das Casas do Poder Legislativo.....	192
2.8.5.	Sentenças normativas e convenções coletivas do trabalho.....	192
2.8.6.	Parecer normativo da Consultoria-Geral da República, aprovado pelo Presidente da República.....	193
2.8.7.	Atos administrativos de efeitos concretos.....	193
2.8.8.	Convênios celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária.....	193
2.9.	Atos privados.....	193
3.	Cumulação objetiva de arguições de inconstitucionalidade.....	194
4.	O objeto da ADI e sua revogação.....	195

5. Norma constitucional parâmetro e sua alteração .....	198
5.1. A natureza jurídica (ou status normativo) dos tratados internacionais com conteúdo de direitos humanos .....	198
5.1.1. Natureza jurídica dos tratados (salvo os que possuem conteúdo de direitos humanos) .....	206
5.1.2. Natureza jurídica dos tratados sobre direitos humanos e o controle de convencionalidade das normas .....	207
5.1.3. Breve síntese sobre o tema do controle de convencionalidade ..	215
5.2. Análise crítica das naturezas jurídicas dos tratados internacionais com conteúdo de direitos humanos .....	216
5.3. Norma constitucional parâmetro e bloco de constitucionalidade .....	221
5.4. Revogação ou alteração da norma constitucional parâmetro .....	223
6. Características da ADI.....	224
6.1. Processo objetivo .....	224
6.2. Causa de pedir ou causa petendi aberta .....	227
6.3. Imprescritibilidade .....	231
6.4. Impossibilidade de desistência .....	231
6.5. Impossibilidade de intervenção de terceiros .....	232
6.6. Princípio da parcelaridade .....	232
6.7. Inaplicabilidade das regras de suspeição e impedimento .....	233
6.8. Caráter ou natureza dúplice (ou ambivalente) .....	234
7. Competência para julgamento da ADI .....	234
8. Procedimento da ADI.....	235
8.1. Propositura e petição inicial .....	235
8.2. Informações das autoridades das quais emanou o ato normativo e as manifestações do Advogado-Geral da União, do Procurador-Geral da República e dos demais legitimados para a propositura da ADI .....	236
8.2.1. Manifestação do Advogado-Geral da União .....	239
8.2.2. Manifestação do Procurador-Geral da República.....	240
8.2.3. Manifestação dos demais legitimados para a propositura da ADI.....	241
8.3. Determinação de pauta para julgamento .....	242
8.4. Julgamento .....	242
9. A medida cautelar .....	246
10. <i>Amicus curiae</i> ou amigo da corte .....	254
10.1. Conceito e fundamento jurídico.....	254
10.2. Hipóteses de cabimento.....	255
10.3. Peculiaridades do <i>amicus curiae</i> no controle abstrato de constitucionalidade .....	257
11. Audiência pública.....	259
11.1. Fundamento jurídico .....	259
11.2. Hipóteses de cabimento .....	260
11.3. Características .....	261
11.4. Procedimento.....	262

11.5. Análise crítica de alguns dispositivos que regulamentam a audiência pública .....	263
12. Efeitos da decisão final da ADI .....	265
12.1. Efeito vinculante e uso da reclamação .....	266
12.1.1. Limites objetivos e aplicação da teoria da transcendência dos motivos determinantes .....	269
12.1.2. Limites subjetivos (overruling, anticipatory overruling, distinguishing e overriding): a questão da reação legislativa com finalidade de alteração jurisprudencial .....	273
12.2. Efeito erga omnes .....	278
12.3. O efeito ex tunc e a modulação de efeitos .....	279
12.4. Efeito repristinatório tácito .....	284

## Capítulo 8

<b>AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>287</b>
1. A presunção de constitucionalidade das leis e a utilidade da ADC .....	288
2. Objeto da ADC .....	289
3. Procedimento .....	289
3.1. Propositura e petição inicial .....	289
3.2. Informações das autoridades das quais emanou o ato normativo, as manifestações do Advogado-Geral da União (AGU) e do Procurador-Geral da República (PGR) e o julgamento .....	291
4. Medida cautelar .....	293

## Capítulo 9

<b>AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO .....</b>	<b>295</b>
1. Objeto da ADI por omissão .....	296
1.1. Pressupostos da inconstitucionalidade por omissão .....	296
1.2. Normas de eficácia limitada .....	297
1.3. Não cumprimento de certa e determinada norma constitucional .....	298
1.4. Inexistência de medida legislativa ou administrativa capaz de tornar exequível a norma constitucional .....	298
1.5. Decurso de tempo razoável para a edição da medida omitida .....	299
1.6. Amplitude das normas .....	301
1.7. Perda do objeto da ADI por omissão .....	301
2. Competência, legitimidade e <i>amicus curiae</i> .....	302
3. Questões procedimentais .....	303
3.1. Procedimento .....	303
3.2. Medida Cautelar .....	304
3.3. Quadro Mnemônico .....	306
4. Efeitos da decisão final da ADI por omissão .....	306
4.1. Efeitos da decisão final da ADI por omissão total ou absoluta .....	306
4.2. Efeitos da decisão final da ADI por omissão parcial .....	310

5. Fungibilidade entre ADI e ADI por omissão .....	311
6. O mandado de injunção e a distinção entre esse instrumento e a ADI por omissão .....	314
6.1. Hipótese de controle difuso de constitucionalidade.....	315
6.2. Objeto.....	315
6.3. Legitimidade .....	317
6.4. Competência .....	319
6.5. Procedimento.....	320
6.6. Efeitos da decisão final.....	322
6.7. O mandado de injunção e sua concorrência com o mandado de segurança.....	326
6.8. Fungibilidade entre ADI por omissão e mandado de injunção .....	327
6.9. Principais diferenças entre ADI por omissão e mandado de injunção.....	327
7. Omissão legislativa e responsabilidade civil do estado .....	328
8. Uma visão crítica da “atividade legislativa” pelo supremo tribunal federal ...	329

## Capítulo 10

<b>ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL .....</b>	<b>335</b>
1. Preceito fundamental.....	337
2. A característica da subsidiariedade.....	338
3. Objeto .....	341
3.1. ADPF, controle constitucional de políticas públicas e o “Estado de Coisas Inconstitucional” .....	347
4. Hipóteses de cabimento.....	348
4.1. ADPF autônoma.....	348
4.2. ADPF incidental, ou por equivalência ou por equiparação .....	349
4.3. Quadro mnemônico das modalidades das ADPFS.....	350
5. Legitimidade .....	350
6. Competência.....	351
7. Procedimento.....	352
7.1. Petição inicial .....	352
7.2. Informações das autoridades das quais emanou o ato normativo e as manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República .....	352
7.3. Julgamento da ADPF .....	353
8. Efeitos das decisões.....	354
8.1. Efeitos da medida liminar .....	354
8.2. Efeitos da decisão final .....	354
9. Fungibilidade entre ADPF e ADI.....	355
10. Aplicação dos institutos estudados na ADI .....	356

## Capítulo 11

<b>AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA .....</b>	<b>357</b>
1. Intervenção federal .....	357
2. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva como uma ação do controle de constitucionalidade concentrado e concreto .....	358
3. Legitimidade .....	359
4. Competência .....	359
5. Parâmetro de controle e objeto de controle .....	359
6. Procedimento .....	360
6.1. Petição Inicial .....	360
6.2. Medida Liminar .....	361
6.3. Dilação Probatória .....	362
6.4. Relatório .....	362
6.5. Julgamento .....	362
7. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva estadual .....	364

## Capítulo 12

<b>TÉCNICAS DE JULGAMENTO .....</b>	<b>365</b>
1. Interpretação conforme à constituição .....	366
2. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto .....	368
3. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade ou declaração de inconstitucionalidade de caráter restritivo (com limitação de efeitos) .....	371
4. Declaração de inconstitucionalidade progressiva no tempo ou declaração de inconstitucionalidade de lei ainda constitucional ou declaração de constitucionalidade de norma em trânsito para a inconstitucionalidade .....	373
5. Declaração de inconstitucionalidade circunstancial .....	375
6. Declaração de lei ainda inconstitucional .....	376
7. Apelo ao legislador .....	377
8. Inconstitucionalidade por arrastamento ou sequencial ou por atração ou inconstitucionalidade consequente de preceitos não impugnados ou inconstitucionalidade consequente ou derivada .....	379
9. Princípio da proporcionalidade .....	382
9.1. Distinção entre regras e princípios .....	382
9.2. Origem histórica do princípio da proporcionalidade .....	385
9.3. Os subprincípios do princípio da proporcionalidade .....	388
9.4. Crítica ao princípio da proporcionalidade .....	392
9.5. Afinal, a proporcionalidade é um princípio? .....	393
10. Sentença de aviso ou <i>prospective overruling</i> ou <i>pure prospective</i> .....	393
11. Mutação constitucional .....	394
11.1. Conceito de mutação constitucional .....	396



11.2. Mutação constitucional fática e mutação constitucional jurídica .....	397
11.3. Limites à mutação constitucional .....	398
11.4. Crítica à teoria da transcendência dos motivos determinantes do controle difuso, decorrente da RCL. 4335 .....	401

### Capítulo 13

<b>CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS, NO DISTRITO FEDERAL E NOS MUNICÍPIOS .....</b>	<b>405</b>
1. Controle de constitucionalidade incidental nos estados.....	406
2. Controle de constitucionalidade principal (ou abstrato) nos estados.....	407
2.1. Legitimidade .....	409
2.2. Simultaneidade de ações com o mesmo objeto para fins de controle de constitucionalidade perante o TJ e o STF .....	410
2.3. O recurso extraordinário em face da decisão no controle de constitucionalidade principal dos Estados .....	411
2.4. Cabimento da suspensão de liminar no STF da decisão de controle concentrado nos Estados .....	413
2.5. A Lei Orgânica do Município no controle de constitucionalidade principal (ou abstrato) dos Estados .....	413
3. Controle de constitucionalidade no Distrito Federal.....	414
4. Controle difuso de constitucionalidade das leis municipais em face das respectivas leis orgânicas.....	415

### Capítulo 14

<b>SÚMULA VINCULANTE .....</b>	<b>417</b>
1. Origem histórica.....	417
2. Conceito e características.....	419
3. Requisitos para a criação da súmula vinculante .....	419
4. Legitimidade para provocar a aprovação, a revisão ou o cancelamento da súmula vinculante pelo STF .....	422
5. Procedimento para a aprovação, a revisão e o cancelamento da súmula vinculante .....	424
6. Eficácia da súmula vinculante .....	425
7. Aplicação da súmula vinculante pelo poder judiciário, o distinguishing method e o overriding .....	427
8. Aplicação da súmula vinculante pela administração pública.....	430
9. Revogação da súmula vinculante e o <i>overruling</i> .....	432
10. Questões finais sobre súmula vinculante .....	433
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>435</b>